

**RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE
AIA À**

CORREÇÃO DA E. R. 9-2.^a NO PORTAL DO VENTO

FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

PROPONENTE: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações

REGISTO: INT-SRAAC/2021/4397

ÍNDICE

| | |
|--|----------|
| 1. CONSULTA PÚBLICA | 3 |
| 1.1. ENQUADRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA | 3 |
| 1.2. RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA | 3 |
| 1.3. CONSULTA A ENTIDADES | 4 |

Anexos

| | |
|--|---|
| – Parecer da Câmara Municipal de São Roque do Pico | 6 |
| - Parecer da Autoridade Nacional de Aviação Civil | 7 |

1. CONSULTA PÚBLICA

1.1 ENQUADRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao Projeto de Execução para a construção da “Correção da E.R. 9-2.^a no Portal do Vento”, abaixo abreviadamente designado por “CPV”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) iniciou-se a 28 de junho de 2021, tendo a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC) como Autoridade Ambiental e a Direção Regional das Obras Públicas e dos Transportes Terrestres (DROPTT) como Entidade Licenciadora.

A CPV ficou sujeita a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental por a tipologia do projeto se enquadrar em área sensível da alínea d) do n.º 16 do Anexo II, do Diploma AILA.

A 4 de agosto de 2021 a Comissão de Avaliação (CA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) emitiu um parecer onde propôs à Autoridade Ambiental a declaração de conformidade do EIA condicionada à entrega nesta dos quatro exemplares obrigatórios em suporte de papel destinados à Consulta Pública, possibilitando a redução de cartas e mapas a entregar até à dimensão de folha de papel A3 num prazo de 20 dias úteis, tendo ficado suspenso o procedimento de AIA entre os dias 6 e 17 de agosto inclusive.

1.2 RESUMO DA CONSULTA PÚBLICA

Tendo em atenção o artigo. 106.º do Diploma AILA, a Autoridade Ambiental, no início da Consulta Pública procedeu à publicitação da mesma através de anúncio publicado no diário de âmbito regional “Açoriano Oriental”, neste constavam os elementos obrigatórios segundo o citado diploma.

Ao abrigo do n.º 7 do artigo 6.º da Diretiva 2011/92/EU, com a redação dada pela Diretiva 2014/55/UE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos público e privados no ambiente, a Consulta Pública decorreu ao longo de 30 dias úteis, entre 24 de agosto e 4 de outubro de 2021, inclusive.

Toda a documentação obrigatória em formato papel esteve disponível nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores e nas instalações da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, onde foram colocados também editais a divulgar a presente Consulta Pública nos lugares para isso destinados.

O suporte digital de todos estes documentos esteve também disponibilizado na página da internet da Autoridade Ambiental com o seguinte endereço:

<https://portal.azores.gov.pt/web/gov/consultas>

Em todos os meios e lugares de divulgação constava também a informação de que os interessados, devidamente identificados, podiam manifestar-se por escrito durante o prazo da Consulta Pública, dirigindo as suas exposições escritas através de correio postal endereçadas à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, sita na Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã, 9900-014 HORTA ou remetê-las por correio eletrónico para: qualidade.ambiente@azores.gov.pt.

Findo o período definido para a Consulta Pública, aguardou-se a seguir um prazo de 5 dias úteis para a eventual receção de correio por via postal na Autoridade Ambiental com contributos de cidadãos interessados, não chegou diretamente à Autoridade Ambiental qualquer participação por parte do público interessado durante a presente consulta pública e nem foi comunicada qualquer consulta à documentação em papel nos locais em que o Estudo de Impacte Ambiental esteve exposto neste suporte.

1.3. CONSULTA A ENTIDADES

Durante o período de Consulta Pública e por indicação da CA, foram consultadas: a Agência Nacional de Aviação Civil, em virtude da servidão aeronáutica do aeroporto João Paulo II, e a Câmara Municipal de Ponta Delgada em termos de compatibilidade do projeto com o Plano Diretor Municipal.

Relativamente ao parecer da Câmara Municipal, este foi favorável, mas condicionado a que fossem asseguradas medidas que garantissem que a obra não induziria ou agravasse a erosão do solo na área de intervenção.

No que se refere ao parecer da Autoridade Nacional de Aviação Civil, este foi favorável ao projeto apresentado.

Os documentos recebidos estão anexos ao presente relatório e dele fazem parte integrante.

Horta, 12 de outubro de 2021

O RELATOR

Carlos Faria
(DACA)

ANEXOS

Parecer da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Parecer da Autoridade Nacional de Aviação Civil

Exm.ª Senhora
Diretora Regional do Ambiente e Alterações
Climáticas
Rua Cônsul Dabney - Colónia Alemã
Apartado 140
9900-014 HORTA

| V/ Ref. | Data | N/ Ref | Data |
|---------------------|------|---------------|------------|
| SAI-SRAAC/2021/3830 | | NE 13671/21 | 2021/09/14 |
| Proc: 118.02.01/75 | | NIPG 26663/21 | |

Assunto: PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (AIA) AO PROJETO DE CORREÇÃO DA ESTRADA REGIONAL 9-2.ª NO PORTAL DO VENTO, SETE CIDADES, PONTA DELGADA, SÃO MIGUEL - PEDIDO DE ESCLARECIMENTO SOBRE CONFORMIDADE PDM

Sobre o assunto designado em epígrafe e em sequência do vosso ofício em referência, vimos pelo presente esclarecer V.Ex.ªs que o parecer desta Câmara Municipal é favorável, desde que sejam asseguradas medidas que garantam que a obra não induz ou agrava a erosão do solo na área de intervenção.

Com os melhores cumprimentos,



Pedro Filipe Rodrigues Furtado
Vice-Presidente

acarro



Exma. Senhora
Ana Cristina Pereira Rodrigues
Diretora Regional do Ambiente e
Alterações Climáticas
Rua Cônsul Dabney, Colónia Alemã
Apartado 140
9900-014 HORTA

N/Ref.: DINAV/IEA-2021/1467 DATA: 25AGO2021
S/Ref.: SAI-SRAAC/2021 /5093 Proc: 118.02.01/75 de 05/08/2021

ASSUNTO: "Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao Projeto de Execução à Correção da E.R. 9-2ª no Portal do Vento São Miguel"
Concelho de Ponta Delgada- Fase de Projeto de Execução- Auscultação de Entidades

Correspondendo à solicitação efetuada através do ofício acima referenciado, informamos que a área onde se localiza o projeto em apreço se encontra abrangido pela servidão do Aeroporto João Paulo II, a que se refere o Decreto-Lei nº 116/2006 de 16 de junho, nomeadamente pela Zona 11 (superfície horizontal exterior) cuja cota de referência é de 212 m, e pelo Sector B da Zona 12 (proteção de luzes passíveis de interferir com a segurança de voo da aeronave) com uma cota de referência de 3070 m.

Tendo o próprio terreno onde se insere o projeto cotas na ordem dos 625 m, ou seja, de valor superior à da Zona 11 (212 m), e tendo em atenção o tipo de obra em causa, não existe a criação de obstáculos à navegação aérea, tal como definidos na CIA 10/03 de 6 de maio, "LIMITAÇÕES EM ALTURA E BALIZAGEM DE OBSTÁCULOS ARTIFICIAIS À NAVEGAÇÃO AÉREA", não se verificando assim qualquer constrangimento, quer à operação do Aeroporto João Paulo II, quer à navegação aérea, pelo que, do ponto de vista das servidões aeronáuticas, nada há a obstar ao desenvolvimento do projeto.

Assim, e face ao exposto, o parecer da ANAC é favorável ao projeto apresentado.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Infraestruturas e Navegação Aérea

Assinado por: RUTE CASTRO LOPO RAMALHO
Num. de identificação: B1102727783
Data: 2021.08.25 19:27:35+01'00'



Rute Ramalho

(Por subdelegação de competência - Despacho n.º 2342/2021
Diário da República, 2.ª série, N.º 42, de 2 de março de 2021)

JF

Rua B, Edifício 4 - Aeroporto Humberto Delgado - 1749-054 Lisboa - PORTUGAL
NP - 504 388 808
Tel. +351 212 842 226 * Fax +351 218 453 388
www.anac.pt * e-mail: geral@anac.pt